

INTERVENÇÃO E CONSENTIMENTO – A POLÍTICA EDUCACIONAL DO BANCO MUNDIAL*

CRISTIANO AMARAL GARBOGGINI DI GIORGI**

O livro "Intervenção e Consentimento – A política educacional do Banco Mundial", de Maria Abadia da Silva, teve origem em sua tese de doutorado, defendida em 1999, na UNICAMP.

A tese – e o livro – são produto de uma extensa pesquisa documental realizada no México, no Chile e em Brasília, em sub-sedes do Banco Mundial e outras instituições, nas quais a autora garimpou pistas para responder às perguntas: quais foram as políticas para a educação básica pública elaboradas entre 1985 e 1996? Que concepções de educação estão subjacentes às políticas e estratégias do Banco Mundial? Em que medida a intervenção externa vem sendo materializada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e nas normas complementares que dão forma ao que se pode considerar um modelo de educação dentro da concepção liberal conservadora? Quais as forças político-econômicas que mediarão as relações entre Brasil e Banco Mundial, no que se refere às políticas para a educação básica pública?

Além da análise documental, a autora busca apoios teóricos para embasar suas respostas às questões colocadas.

O primeiro destes apoios vem da linha histórica – crítica de compreensão do fenômeno educacional, dentro da qual se destacam as presenças de Demerval Saviani e Carlos Roberto Jamil Cury, para os quais a categoria de "mediação" é essencial na compreensão da relação entre educação e a prática social global. O segundo destes apoios vem de vários autores que procuram compreender criticamente as políticas econômicas de ajuste estrutural que se desenvolveram nos anos 70 e 80 e passaram a ser hegemônicas na América Latina nos anos 90. Entre estes autores,

* Resenha do livro de Maria Abadia da Silva (Campinas: Autores Associados / FAPESP, 2002)

** Professor Livre-Docente do Departamento de Educação - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - Estado de São Paulo - Brasil

Maria Abadia foca-se especialmente em José Luis Fiori e Maria da Conceição Tavares.

Na introdução, a própria Abadia resume as respostas encontradas, a partir de sua pesquisa documental e teórica, apontando

que as mediações políticas efetivadas entre o Estado brasileiro e o Banco Mundial foram construídas, sobretudo, para restauração dos mecanismos de acumulação do capital e de favorecimento dos princípios do mercado em detrimento das instituições nacionais, especialmente daquelas de amparo social e de proteção aos trabalhadores.

O fato de o governo federal e parte dos estaduais submeterem-se às condições estabelecidas pelo Banco Mundial permite antecipar algumas considerações: existe uma intervenção sistemática direta do Banco Mundial na redefinição das políticas para a educação pública a que se associa o consentimento do governo federal e de parte dos estaduais; as elites dirigentes conservadoras nacionais, em conluio com os diretores das instituições financeiras, instituíram uma configuração jurídico-legal e institucional que permite redução de investimentos públicos para os serviços essenciais e restringe direitos sociais; possibilita ao governo federal captar recursos dos estados e dos municípios; os profissionais da educação básica pública, em geral, desconhecem as mediações políticas que antecedem as reformas, os programas e os projetos de reorganização do ensino público, uma vez que são restritas as possibilidades de acesso aos documentos elaborados entre os gestores dos organismos internacionais e a equipe dos ministérios e das secretarias de educação que dão configuração política aos acordos; segundo a lógica dos timoneiros mundiais, a educação básica pública é prioridade a ser monitorada e regulada a fim de evitar estrangulamentos nos níveis posteriores.

Este estudo afirma que as políticas para a educação pública são resultantes, em primeiro lugar, das imposições das instituições internacionais, particularmente do Banco Mundial, nas prescrições socioeducacionais, não apenas pelo montante financeiro de que dispõe, mas pela capacidade de gerenciar e manipular o consentimento dos governos; em segundo lugar, resultam da capacidade de as entidades, associações, organizações e sindicatos avançarem na direção almejada pelas forças sociais opositoras; e, em terceiro, das práticas pedagógicas inventadas, confrontadas e inovadas no interior da escola pública, em que se conjugam histórias de vida, identidades, valores, concepções teóricas, culturas e saberes.

A tese defendida é a de que existe uma intervenção sistemática do banco Mundial nas políticas e estratégias da educação básica pública com o consentimento do governo federal, de parte dos estaduais e das elites dirigentes nacionais, que se subscreveram e alinharam às políticas estabelecidas pelo modelo neoliberal de desenvolvimento econômico, comprimindo os direitos sociais.

O trabalho se divide em três capítulos, seguidos pelas considerações finais. O primeiro capítulo, "A intervenção das instituições financeiras internacionais na construção da ordem capitalista: o consentimento dos governos latino-americanos", discute as políticas para o desenvolvimento social nas décadas de 1980 e 1990, a crise da dívida externa, os programas de ajuste estrutural e a hegemonia do governo norte-americano. Neste capítulo, Abadia se baseia numa extensa gama de

autores que se debruçaram sobre estes processos, especialmente Chossudovsky e o já mencionado Fiori

No segundo capítulo, "Política Educacional do Banco Mundial entre 1970 e 1996", Abadia se baseia essencialmente em sua própria extensa pesquisa documental.

E no terceiro capítulo "O consentimento do governo federal e das elites dirigentes", Abadia se vale de sua formação de historiadora para percorrer, com segurança, as políticas econômicas desde Vargas até o período da Ditadura Militar, com o objetivo de embasar as considerações sobre o período da chamada "Nova República", iniciado em 1985, enfocando inicialmente as políticas econômicas para desembocar enfim na política educacional: os processos de incorporação na escola pública básica, os desencontros na formação de profissionais da educação, a questão do financiamento e os Planos Nacionais de Educação.

Nas considerações finais, Abadia procura enfatizar a existência de propostas alternativas, como o orçamento participativo e de instâncias de discussão democrática no seio da sociedade civil, como os fóruns de educação. Mas nada disso a impede de concluir melancolicamente:

Mas o que mais impressiona é o consentimento dos governados, a facilidade com que muitos são governados por poucos e a submissão implícita com que os homens cedem os seus destinos aos seus governantes.

Considero este um livro de alto nível, produto de uma pesquisa séria e honesta.

Pessoalmente, tenho algumas dúvidas sobre algumas teses do livro, especialmente sobre a idéia de que "as políticas sobre a educação pública são resultantes, em primeiro lugar, das imposições das instituições internacionais, particularmente do Banco Mundial...", cabendo às elites locais apenas o papel de consentir (como o próprio título do livro – "Intervenção e consentimento" – realça). Entendo que boa parte das políticas educacionais é gerada internamente; que as elites nacionais têm, nas políticas educacionais, um papel um pouco mais ativo que o de simplesmente consentir. Mas esta é uma longa discussão, e quem quer ter melhores elementos para dela participar, encontra dados importantíssimos no livro de Maria Abadia, cuja leitura oferece elementos relevantes para que possamos, ao mesmo tempo, denunciar e compreender as políticas educacionais vigentes. E para denunciar e compreender as políticas vigentes é necessário que preparemos uma situação em que possamos fazer coisa muito melhor: anunciar, enfim, novas políticas, que busquem, de fato, a democratização substantiva da educação e da sociedade em nosso país.